

**CONHECIMENTO CIENTÍFICO *VERSUS* O SENSO COMUM:  
uma abordagem coerente ou errônea?**

Iara Souza da Silva<sup>1</sup>  
José Alcimar Barreto da Silva<sup>2</sup>  
Mariozan Nunes Ferreira<sup>3</sup>

**Resumo**

O artigo proposto tem como objetivo refletir sobre o processo hegemônico do conhecimento científico em relação ao senso comum, contribuindo para a discussão existente sobre essa temática, bem como para a realização de novas pesquisas. Além disso, busca-se também promover a reflexão sobre os diferentes saberes epistemológicos que permeiam nossa vida cotidiana, acadêmica e profissional. Baseia-se na literatura estudada na disciplina de Fundamentos Epistemológicos do Mestrado em Letras e Letras da Universidade Federal do Acre – Ufac. Assim sendo, optamos como metodologia a realização de uma revisão bibliográfica, numa perspectiva crítica, tendo como principais aportes teóricos: Souza (1989; 2008), Freire (1996), Morin (2000), dentre outros. Como resultado se obteve que há uma forte interseção na importância do conhecimento científico, caracterizado na perspectiva da ciência como verdade absoluta e inquestionável. No entanto, a literatura estudada nos convida a repensar a produção do conhecimento ao romper com o paradigma dominante (a ciência natural) e reconhecer que os cientistas fazem parte de uma comunidade que utiliza constantemente o conhecimento derivado do senso comum, das ciências sociais. Portanto, não há saber superior ou inferior ao outro ambos possuem a sua importância e colaboração para a construção do conhecimento.

**Palavras-Chave:** Senso comum; Conhecimento científico; Saberes.

---

<sup>1</sup> Mestra em Ensino de Humanidades e Linguagens – PPEHL (2024). Especialista em Gestão escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade de Venda Nova Imigrante – Faveni (2022). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre - Ufac (2021). E-mail: iara.silva@sou.ufac.br.

<sup>2</sup> Mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens – PPEHL (2024). Especialista em Gestão escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade de Venda Nova Imigrante – Faveni (2021). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre - Ufac (2019). Professor efetivo da Rede Municipal de Educação de Cruzeiro do Sul Acre. E-mail: jose.alcimar@sou.ufac.br.

<sup>3</sup> Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens – PPEHL (2023). Especialista em Metodologia da pesquisa: história e geografia pela Faculdade Internacional de Curitiba – Facinter (2012). Graduado em História pela Universidade Federal do Acre – Ufac (2004). Professor efetivo da Rede Estadual de Educação do Estado do Acre – SEE. E-mail: nunesmariozan1@gmail.com.

**SCIENTIFIC KNOWLEDGE *VERUS* COMMON SENSE:  
a coherent or wrong approach?****Abstract**

The proposed article aims to reflect on the hegemonic process of scientific knowledge in relation to common sense, contributing to the existing discussion on this topic, as well as to carrying out new research. Furthermore, we also seek to promote reflection on the different epistemological knowledge that permeates our daily, academic and professional lives. It is based on the literature studied in the Epistemological Foundations discipline of the master's degree in Humanities and Literature at the Federal University of Acre – Ufac. Therefore, we chose as a methodology to carry out a bibliographical review, from a critical perspective, having as main theoretical contributions: Souza (1989; 2008), Freire (1996), Morin (2000), among others. As a result, it was found that there is a strong intersection in the importance of scientific knowledge, characterized from the perspective of science as absolute and unquestionable truth. However, the literature studied invites us to rethink the production of knowledge by breaking with the dominant paradigm (natural science) and recognizing that scientists are part of a community that constantly uses knowledge derived from common sense and social sciences. Therefore, there is no knowledge superior or inferior to the other, both have their importance and collaboration for the construction of knowledge.

**Keywords:** Common sense. Scientific knowledge. Epistemological knowledge.

**Introdução**

A sociedade é constituída por diversos saberes epistemológicos interligados entre si e que podem ser classificados em duas vertentes: os advindos da experiência cotidiana/senso comum e os do saber científico. Embora ambos tenham metodologias e princípios distintos na formação dos conhecimentos, não devemos considerar o saber científico como único, verdadeiro e absoluto fundamento a ser utilizado pela humanidade.

Compreendemos que o senso comum e o conhecimento científico estão interligados ao cotidiano humano, no entanto, se tem enraizado na sociedade uma supremacia do conhecimento formado a partir dos preceitos da ciência e consequentemente torna-se um elemento mais aceito e validado. Todavia, devemos levar em consideração que existem diversas formas de saber, de modo que cada um possui a sua importância, então é necessário entendê-los, considerá-los, relacioná-los e valorizá-los.

Partindo dos pressupostos citados, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo hegemônico do conhecimento científico em relação ao senso comum,

contribuindo para a discussão existente sobre essa temática, bem como para a realização de novas pesquisas. Além disso, busca-se também promover a reflexão sobre os diferentes saberes epistemológicos que permeiam nossa vida cotidiana, acadêmica e profissional.

Para alcançar o objetivo geral proposto, o procedimento metodológico escolhido para a construção deste artigo foi a revisão bibliográfica, ou seja, a seleção e análise das literaturas específicas disponíveis sobre o tema, à luz de autores como Souza (1989; 2008), Freire (1996), Morin (2000), dentre outros. Segundo Severino (2007), essa metodologia possibilita ao pesquisador a reflexão e o entendimento teórico sobre a temática a ser abordada a partir das categorias ou dados já trabalhados por outros pesquisadores.

O estudo está organizado da seguinte forma, além da introdução: a primeira parte discute como o modelo de ciência era visto, tratado e entendido no contexto da modernidade. A segunda parte aborda o senso comum e a terceira discute o conhecimento científico, ambos os conceitos sendo debatidos e reconfigurados na ótica da pós-modernidade. Por fim, as considerações finais do estudo abrangem nossas reflexões sobre os resultados obtidos.

### **Uma breve discussão sobre o modelo de ciência à luz da modernidade**

A história humana é construída por momentos denominados eras temporais. No campo do conhecimento, a partir de 1798 até 1857, surgiu o modelo positivista, liderado por Augusto Comte e seus discípulos como Émile Durkheim. O modelo positivista defendia a ideia de que as leis científicas, estabelecidas por métodos experimentais, eram a base para o desenvolvimento da sociedade.

A principal característica do Iluminismo era a valorização do conhecimento científico comprovado como a única forma de conhecimento verdadeiro, absoluto e visto como o progresso da humanidade. Isso significava desvalorizar outras fontes de saberes, como o mito, a religião, as crenças, superstições, a teologia e o conhecimento produzido de forma empírica.

Ao olharmos para trás e observarmos o histórico das ciências sociais e suas literaturas, com uma ótica sobre a teoria positivista, torna-se relevante uma reflexão sobre os modelos de saberes produzidos pelos homens. Por um lado, é necessário reconhecer

que nem todo conhecimento segue os critérios científicos, sendo que o conhecimento científico experimentado em laboratório deve ser considerado como mais válido que o conhecimento empírico produzido de forma intuitiva. Por outro lado, é importante reconhecer que a validade destes tipos de conhecimento não pode ser medida com o mesmo padrão, sendo necessário atribuir um juízo de valor que considere e valorize as diferentes formas de conhecimentos.

Nesse sentido, para Heller (2004) não conseguimos em nossa atividade humana afasta-se totalmente dos conhecimentos que compõem o nosso cotidiano sejam estes empíricos ou científicos. Assim sendo, fazemos o uso dos conhecimentos conforme o contexto social em que estamos inseridos, uma vez que:

Ao cruzar a rua: jamais calculamos com exatidão nossa velocidade e aquela dos veículos. Até agora nunca fomos parar debaixo de um carro, embora isso possa ocorrer, mas se, antes de atravessarmos, resolvêssemos realizar cálculos cientificamente suficientes, jamais chegaríamos a nos mover (HELLER, 2004, p. 34).

Com base nessa observação, percebemos a importância do senso comum como um meio de auxiliar o desenvolvimento humano, baseado em experiências obtidas no dia a dia. Por outro lado, a ciência também tem seu valor, fornecendo conhecimentos que podem ser aplicados em variados contextos. Contudo, ela não pode ser denominada de “senhora do saber”.

Ao nos aproximarmos da teoria positivista, percebemos que ela dominou por muito tempo a forma com que a ciência enxergava o homem e o cotidiano, resultando na alta consideração da ciência como a única capaz de explicar todas as coisas. Infelizmente, ainda encontramos vestígios desses princípios em algumas áreas da ciência contemporânea. Como afirmam Costa, Silva e Costa (2013, p. 2):

atualmente na literatura esse tema é bastante discutido, pois existem ainda cientistas que desprezam o conhecimento do senso comum acreditando que só tem veracidade e utilidade o conhecimento produzido em laboratório, ou seja, aquele conhecimento que é observado, testado e analisado de forma severa com o auxílio de instrumentos científicos.

No entanto, desde a época dos grandes pensadores da humanidade, o senso comum como um produto do saber humano pode ser reconhecido. Por exemplo, Aristóteles foi o primeiro articulador da teoria do senso comum. Antes dele, Platão (1964) utilizou uma

metáfora para explicar a vida na caverna como uma condição que nos aprisiona no mundo sensível e nos faz acreditar que a realidade está nas sombras projetadas no fundo de uma caverna.

Ao analisarmos o mito da caverna de Platão (1964), percebemos uma desvalorização do senso comum. Nesta concepção platônica, existem homens presos na caverna, representando o seu conhecimento errôneo e limitado aos sentidos. De acordo com Boulter (2007), as fronteiras impostas por Platão (1964) entre o senso comum e o pensamento filosófico exerceram uma influência significativa na filosofia ocidental.

Assim, no contexto da modernidade, existe um modelo de racionalidade que forma a ciência moderna. Esse teor hegemônico foi estabelecido com a revolução científica do século XVI e foi aprimorado nos séculos seguintes com o domínio das ciências naturais. A partir de então, podemos falar de um modelo global de racionalidade científica, que para Santos (2008, p. 21):

admite variedade interna, mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não-científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos).

Logo, existe uma divisão dos conhecimentos, que separa o conhecimento científico do senso comum. O conhecimento científico abrange as ciências naturais, enquanto o senso comum se refere às humanidades ou estudos humanísticos, que não são gerados a partir da pesquisa científica e, portanto, são considerados conhecimento vulgar. Esta divisão é resultado da hegemonia do paradigma positivista da ciência moderna.

Tendo como pano de fundo a tradição do dualismo neokantiano, que prevaleceu no âmbito das ciências sociais pelo consenso positivista, Santos (1989, p. 59) afirma que:

Quando, no final da década de sessenta, este consenso colapsou, as posições extremaram-se em dois campos principais. O primeiro campo procede a uma crítica radical do paradigma positivista no domínio das ciências sociais, assume plenamente o dualismo epistemológico e recupera, sob várias formas, a tradição fenomenológica e hermenêutica [...] chegam a pôr em causa a possibilidade da cientificidade das ciências sociais. Com o que, no fundo, acabam por negar o dualismo de que partiram.

Nesta lógica, devemos abandonar o dualismo existente e a supervalorização das ciências naturais, do rigor matemático quantitativo e objetivo, como se ele fosse o único meio de se explicar a sociedade como um todo. O mundo não é uma máquina e as ciências sociais possuem suas particularidades, já que a sociedade não pode ser explicada a partir de uma única forma de conhecimento.

Para Santos (2008, p. 38-39),

A ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético.

A ciência moderna tem desconfiado totalmente das experiências imediatas que estão na base do senso comum. No entanto, a mecânica quântica contribui para um avanço na quebra deste paradigma, mostrando que nem tudo é dado como certeza absoluta. Assim, a certeza pode ser quantificada com precisão, e os cientistas devem aceitar as incertezas.

Logo, a percepção de Santos (2008) sobre a crise do paradigma dominante revela o perfil do paradigma emergente. Ele defende e discute uma crítica ao positivismo, pois a ciência moderna passa a desconsiderar o senso comum. Com isso, Santos (2008) propõe uma quebra de paradigma epistemológico que rejeita o positivismo e defende o retorno ao senso comum na pesquisa científica.

De acordo com o autor, a ciência começa com a ruptura do senso comum e conta com três etapas fundamentais: a ruptura, a construção e a constatação. Assim, o conhecimento científico, depois de romper com o senso comum, deve se transformar em um novo e maior conhecimento comum. Logo, se senso comum e ciência fossem conhecimentos tão distintos entre si, “a ciência não poderia aspirar a transformar-se em senso comum, se fossem idênticas, a ciência não podia pretender transformar o senso comum” (SANTOS, 1989, p. 54).

Em resumo, é importante reconhecer que não há uma supremacia das ciências naturais sobre as ciências sociais, pois elas são diferentes e se complementam. O senso comum também produz conhecimento, pois é derivado das experiências cotidianas e é

adaptado ou ampliado pelo meio científico. O conhecimento científico só se torna realmente útil quando se transforma em senso comum, pois é então compreendido pela sociedade como um todo.

### **Senso comum**

Durante séculos, o conhecimento científico experimentado foi valorizado, enquanto outros saberes, como os tradicionais, foram negligenciados. Como resultado, muitas culturas e línguas foram destruídas ao longo dos anos.

Portanto, há também que se considerar semelhanças entre as duas expressões, ciência e senso comum. Ambas são susceptíveis ao erro, inacabadas e falíveis. O senso comum e a ciência refletem a mesma necessidade básica: a precisão de compreender o mundo para melhorar a nossa vida e sobrevivência.

O educador brasileiro Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, expressa muito claramente sua opinião a respeito desta questão:

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber de senso comum, é a mesma curiosidade que, criticando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodologicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade, mas não muda de essência (FREIRE, 1996, p. 31).

Para Freire (1996), a ciência é uma superação do senso comum no homem. Ele tem contato primeiro com o mundo e posteriormente com a leitura, desse modo a crítica o impulsiona à superação de uma visão ingênua. O autor, na referida obra, afirma que “não é possível – repito-me agora – é o desrespeito ao saber de senso comum; o que não é possível é tentar superá-lo sem, partindo dele, passar por ele” (FREIRE, 1996, p. 84).

Podemos concluir, portanto, que para Freire (1996), o senso comum é o caminho para a ciência. Ele acredita que o conhecimento do senso comum é necessário para chegar à ciência e que a sociedade é constituída por conhecimentos intelectuais e não-científicos. A partir desta análise, é possível entender que, o senso comum é uma parte essencial para a construção do conhecimento. Assim sendo, se a vida de todos os dias “se tornou o refúgio dos cétricos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da

sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano” (MARTINS, 1998, p. 2).

Já que em nosso cotidiano, tomamos decisões sem necessariamente analisarmos ou calcularmos os riscos envolvidos, por exemplo quando subimos em uma sacada de um edifício alto, tomamos muito cuidado e não nos vemos capazes de pular daquela altura, mesmo sem calcular ou analisar precisamente o risco envolvido. Isto mostra que em nosso dia a dia agimos sem necessariamente analisar ou calcular os riscos de cada passo que damos.

Pois, se fosse possível “[...] não haveria uma dinamização nas ações, necessitando-se de longos intervalos de tempo para refletir criteriosamente, podendo até mesmo levar os sujeitos à loucura” (SILVA; COSTA; COSTA, 2013, p. 4). De acordo com Aranha e Martins (1993), o conhecimento do senso comum é uma forma de conhecimento espontâneo, desenvolvido pelas experiências das relações sociais e compartilhado entre os sujeitos nas suas relações sociais, para enfrentar os problemas existenciais.

Portanto, os conhecimentos nascem do senso comum, que é apropriado pelo meio científico e se torna científico ao romper com o cotidiano. O senso comum pode ser considerado “o menor denominador comum daquilo em que um grupo ou um povo coletivamente acredita” (SANTOS, 1989, p. 37), provendo assim conhecimentos comuns das gentes.

### **Conhecimento científico**

É evidente que o conhecimento científico evoluiu a partir do empirismo, que é uma parte significativa do senso comum humano. A partir das necessidades práticas da vida cotidiana, diversas ciências foram desenvolvidas. Assim, é essencial o conhecimento produzido a partir de relações subjetivas baseadas em crenças compartilhadas pelos seres humanos, justificadas pela experiência e transmitidas de geração em geração de forma acrítica.

Entretanto, enquanto o conhecimento científico se caracteriza por consistir num conhecimento sistematizado, fundamentado em observações de determinado objeto de estudo, o senso comum é um saber imerso no cotidiano humano e usado para explicar os

fatos. Embora não exista um conhecimento superior ao outro, eles diferem em termos metodológicos ao tratar e explicar seus objetos.

O senso comum é baseado na experiência prática, vivências e crenças comuns compartilhadas entre as pessoas. Por outro lado, o conhecimento científico tem sua gênese marcada pelo senso comum, mas é distinto porque usa termos e princípios para tentar provar ou refutar a hipótese inicial advinda da compreensão do senso comum, resultando em uma nova percepção comprovada e/ou verificada cientificamente tornando-se um conhecimento científico que afirma ou rebate a ideia inicial do senso comum.

Desse modo, nas palavras de Fachin (2003, p. 14):

O ser humano, diante da necessidade de compreender e dominar o meio, ou o mundo, em benefício próprio e da sociedade da qual faz parte, acumula conhecimentos racionais sobre seu próprio meio e sobre as ações capazes de transformá-lo. A essa sequência permanente de acréscimos de conhecimentos racionais e verificáveis da realidade denominamos ciência.

Portanto, o conhecimento científico é obtido por uma ótica racional, verificável, que permite compreender e dominar o mundo. Esta compreensão é sustentada por um vasto processo metodológico baseado em teorização e experimentação. Para chegar a um conceito ou afirmação, o objeto de pesquisa é submetido a uma série de análises, revisões e sistematizações.

É evidente que não podemos racionalizar sobre o conhecimento científico sem considerar o que é ciência. Para abordar essa questão, podemos nos basear em um trecho retirado do livro de Japiassu (1975, p. 9-10):

O que é ciência. A questão parece banal. As respostas, porém, são complexas e difíceis. Talvez a ciência nem possa ser definida. Em geral, é mais conceituada do que propriamente definida. Porque “definir” um conceito consiste em formular um problema e em mostrar as condições que o tornaram formulável. No entanto, para os cientistas em geral, a verdadeira definição de um conceito não é feita em termos de “propriedades”, mas de “operações” efetivas. Mesmo assim, definições não faltam [...]. A verdadeira ciência seria um conhecimento independente dos sistemas sociais e econômicos. Seria um conhecimento que, baseando-se no modelo fornecido pela física, se impõe como uma espécie de ideal absoluto. Mas há outras definições: umas são extremamente amplas e vagas, a ponto de identificarem “ciência” com “especulação”; outras são demasiadamente restritivas, a ponto de excluírem do domínio propriamente científico, senão todas, pelo menos boa parte das disciplinas humanas.

A partir da discussão levantada, fica claro que definir o que é ciência é uma questão ordinária, mas as respostas são complexas e difíceis. Como Bachelard (s.a, *apud* LOPES, 1999, p. 114) afirma: “Uma questão como esta - o que é ciência - é um problema mal posto: como para essa questão não existe uma resposta, trata-se de um problema não devidamente formulado”.

No século XX, a ciência foi questionada em vários de seus princípios e propostas. De acordo com Santos (1996), o “paradigma dominante” do século XVI - caracterizado pela busca de leis, objetividade e uso da matemática como principal forma de análise - começa a perder sua credibilidade. O autor aponta duas principais condições que levaram à desconfiança em relação à ciência.

O primeiro tipo são as condições teóricas, isto é, descobertas científicas que colocam em evidências limitações do modelo tradicional. Entre essas descobertas, o autor destaca as contribuições de Einstein, Heisenberg e Bohr, Gödel, Prigogine e outros que derrubam, entre outros pilares do “paradigma dominante”, o mito da objetividade, da possibilidade de se estudar um objeto sem perturbá-lo, e a ideia de tempo e espaço absolutos.

O segundo tipo são as condições sociais. Diversas experiências do século XX, como as duas grandes guerras, as experiências totalitárias, os desastres ecológicos, a submissão da ciência aos interesses militares e econômicos, levaram a uma perda do interesse no conhecimento científico tal como vinha sendo produzido.

Essa foi uma questão amplamente discutida por Adorno e Horkheimer (1947/1985) logo após a II Guerra. Os autores realizam uma extensa análise sobre os processos de dominação na sociedade ocidental contemporânea e percebem como a ciência, a partir da razão instrumental, converteu-se em elemento de “mistificação das massas”. Habermas (1989) deu continuidade ao debate buscando determinar a maneira como a ciência deixou de ser um elemento libertador e passou a inserir-se na lógica industrial da sociedade capitalista.

Conforme Santos (2008), essas duas condições estariam levando a uma crise do paradigma dominante e à emergência de um novo paradigma. Outros autores têm discutido a questão. Wersig (1993) percebe a emergência, no século XX, de um novo tipo de ciência, denominada por ele “ciência pós-moderna”, voltada não para a

compreensão do modo de funcionamento da natureza, como a ciência clássica, mas para a resolução de alguns problemas causados pela ciência moderna e suas tecnologias.

Morin e Le Moigne (2000) apresentam a proposta do pensamento complexo como a forma mais adequada de produção do conhecimento, compreendendo-o como uma evolução da ciência clássica em vários aspectos como, por exemplo, a superação da compartimentalização dos saberes. Morin e Le Moigne (2000) e Capra (1987) argumentam que estamos vivendo uma grande revolução em todas as ciências devido à crise do modelo cartesiano. Por outro lado, Gomes (2003) contesta essa ideia, alertando para o risco de se cair em modismos ao identificar uma “crise dos paradigmas da ciência moderna”:

poder-se-ia detectar tal crise apenas se estivéssemos vivendo uma ruptura revolucionária generalizada. Não me parece haver qualquer coisa desse tipo no ar. A ciência contemporânea dedica-se ao labor cotidiano da investigação, discute suas descobertas a partir de categorias comuns, submete-se a discussões com pressupostos comuns, publica em periódicos com compreensões comuns de cientificidade [...]. Pode ser que pessoas mais atentas notem algum furor revolucionário varrendo convicções anteriores; eu consigo ver um tempo de ciência normal, normal até demais, com costumes preguiçosos e arraigados, com distribuição em formas tradicionais de prestígio e reconhecimento (GOMES, 2003, p. 319).

De qualquer forma, percebendo-se um momento de crise ou um processo de continuidade, o que se pode verificar é que a ideia, nascida com a Modernidade, de ciência como um conhecimento objetivo completo (capaz de conhecer um objeto sem qualquer influência por parte do observador), em busca de leis definitivas e absolutas, deu lugar a uma compreensão da atividade científica como um “produto social” (GRESSLER, 2003), dotado de uma “matriz coletiva” (ALVES, 1987), que lida com “objetos construídos” (DEMO, 1985). Essa mudança na forma de encarar a ciência foi possível, principalmente, a partir do momento em que a ciência se tornou também um objeto de estudo, graças à intervenção de várias disciplinas.

Em suma, o conhecimento científico, mesmo sendo guiado por todo um aparato de procedimentos, não é um saber pronto, acabado e irreversível de mudanças. Pelo contrário, são conhecimentos provisórios que a todo momento podem ser reconfigurados, ampliados e rompidos por outras pesquisas ao longo do tempo.

De acordo com Lopes (1999), é importante reconhecer que, em nossa sociedade, o conhecimento científico não é a única forma de saber. O senso comum também tem seu valor, mas o conhecimento científico é fundamental para nos defendermos dos discursos científicos falsos e ideológicos que são disseminados diariamente. Ao dominarmos esse saber, estaremos preparados para agir politicamente e criticamente em nossa sociedade, desconstruindo processos de opressão e nos protegendo de falácias.

### **Considerações finais**

Este estudo teve como objetivo refletir sobre o processo hegemônico do conhecimento científico em relação ao senso comum. A partir dos referenciais teóricos consultados, constatamos que durante a modernidade o que se prevalecia como ciência (conhecimento científico) eram as interpretações, conceitos e saberes advindos principalmente das ciências naturais e exatas, fortemente influenciadas pela corrente positivista.

Ainda que o paradigma dominante continue a ser exaltado na maioria das instituições educacionais, com a chegada da pós-modernidade é necessário desafiar esse modelo. Nesse sentido, é preciso valorizar não somente o conhecimento científico, mas também os saberes do senso comum, conforme Santos (2008). Não há hegemonia entre esses saberes, já que ambos são importantes e estão presentes na sociedade. A única diferença entre eles é metodológica e explicativa sobre um determinado objeto ou questão.

Além disso, ao longo da história, os estudos científicos produziram uma ampla gama de conhecimentos. Estes saberes têm um papel importante no desenvolvimento e progresso de várias áreas da humanidade. Por exemplo, a indústria aproveita os resultados e a credibilidade gerados pela ciência para produzir seus produtos. Da mesma forma, a ciência farmacológica é essencial para produzir medicamentos que podem ser usados no dia a dia.

A partir disso, percebemos que a ciência, se for fundamentada em alguns pressupostos, pode alcançar resultados significativos para a humanidade, contribuindo para a resolução de problemas do senso comum.

**REFERÊNCIAS**

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALVES, R. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ARANHA, M. L. da A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- BOULTER, S. *The Rediscovery of Common Sense Philosophy*. Oxford: Palgrave Macmillan, 2007.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1985.
- FACHIN, O. *Fundamentos de Metodologia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, W. O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área de Comunicação. In: LOPES, M. I. (org). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 313-329.
- GRESSLER, L. A. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. São Paulo: Loyola, 2003.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HELLER, A. Estrutura de vida cotidiana. In: HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004. p.17-34.
- JAPIASSU, H. *O Mito da Neutralidade Científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- LOPES, A. C. *Conhecimento escolar: ciência e cotidiano*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- MARTINS, J. S. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo social*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-8, 1998.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- PLATÃO, 1964.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 6. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1989.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, M. A.; COSTA, S. E. da S.; COSTA, A. A. Conhecimento científico e senso comum: uma abordagem teórica. In: *VII Colóquio Internacional: educação e contemporaneidade*, São Cristovão, 2013.
- WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information processing & management*, New York, v. 29, n. 2, 1993, p. 229-239.